

Alagoas é pioneiro em conferência da pesca em 2026

Comissão Organizadora Estadual vai reunir propostas para fortalecer setores

Tatiane Bastos / Ascom Seagri

Alagoas tornou-se o primeiro estado brasileiro a aderir à 4ª Conferência Nacional de Pesca e Aquicultura, promovida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que traz como tema central "Pesca e Aquicultura: de Política de Governo a Política de Estado". A formalização da adesão ocorreu com a publicação da Portaria nº 193 da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Seagri) no Diário Oficial do Estado (DOEAL), nesta segunda-feira (13). O ato foi validado durante reunião on-line com representantes do MPA, consolidando a participação do estado na etapa nacional do processo.

A portaria publicada pelo Governo de Alagoas convoca oficialmente a realização da Conferência Estadual de Pesca e Aquicultura e institui a Comissão Organizadora Estadual, responsável por conduzir as etapas preparatórias e coordenar a participação dos diversos segmentos envolvidos na atividade pesqueira e aquícola. A iniciativa marca o início de uma mobilização que pretende ampliar o diálogo entre o poder público, produtores e instituições ligadas ao setor.

A próxima fase do processo prevê a realização de debates com a participação de representantes dos setores de carcinicultura, aquicultura e pesca artesanal e industrial. O objetivo é reunir propostas e contribuições que pos-



Portaria foi publicada no Diário Oficial do Estado na segunda-feira

sam subsidiar tanto a conferência estadual quanto a etapa nacional, fortalecendo o planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável dessas atividades.

Como parte desse calendário, a 1ª Conferência Livre de Aquicultura e Pesca do Estado de Alagoas será realizada nesta quinta-feira (16), às 14h, no Centro de Convenções de Arapiraca, durante a programação do Ara-

piraca AgrosHOW. O encontro deve reunir produtores, técnicos, pesquisadores e representantes institucionais interessados em discutir os principais desafios e oportunidades para o crescimento do setor no estado.

Entre as atribuições da Comissão Organizadora Estadual está a seleção de até dez propostas prioritárias, que serão encaminhadas para debate nas etapas seguintes da conferência.

Essas propostas deverão contribuir para ampliar o diálogo institucional e promover a construção coletiva de ações voltadas ao fortalecimento da pesca e da aquicultura, à garantia de direitos dos trabalhadores do setor, ao incentivo ao desenvolvimento sustentável e à continuidade das políticas públicas em níveis local e nacional.

A estrutura organizacional da conferência estadual é coor-

denada pela Secretaria Executiva de Políticas Agropecuárias e Agronegócios da Seagri. O grupo conta ainda com a participação de representantes de diversas entidades ligadas ao setor produtivo, acadêmico e institucional. Integram a comissão membros da Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado de Alagoas (FEPEAL), da Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura em Alagoas (SFPA/AL), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e da Embrapa Alimentos e Territórios.

Também fazem parte da organização o Comando da Capitania dos Portos de Alagoas (CPAL), o Tainha Clube de Pesca e Desportos Subaquáticos de Alagoas, a Federação da Agricultura no Estado de Alagoas (FAEAL/SENAR) e o Instituto Federal de Alagoas (IFAL). A presença dessas instituições busca garantir a representatividade de diferentes segmentos e assegurar que as propostas elaboradas contemplem as demandas reais do setor.

A realização da conferência estadual e a participação ativa de Alagoas na etapa nacional são vistas como estratégicas para consolidar políticas públicas permanentes para a pesca e a aquicultura. A expectativa é que o processo contribua para ampliar investimentos, fortalecer cadeias produtivas, incentivar práticas sustentáveis.

Maranhão debate orçamento de 2027

Ascom MA

Com o objetivo de fortalecer a participação da sociedade na definição das prioridades do orçamento estadual, o governo do Maranhão, por meio das secretarias de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan) e de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), promoveu uma audiência pública virtual para discutir a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) referente ao exercício de 2027. Realizado via canal do Governo do Maranhão no Youtube, o encontro serviu para explicar aspectos desse instrumento de planejamento orçamentário e apresentar a plataforma Participa MA, que recebe contribuições ao texto do projeto de lei.

Responsável por orientar o planejamento financeiro do Estado, a LDO define metas, priori-

dades e parâmetros que vão guiar a elaboração do orçamento anual.

A norma atua como elemento de ligação entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), organizando as bases para a execução das políticas públicas.

A participação social é assegurada a qualquer cidadão com mais de 16 anos, por meio de sugestões, ajustes e inclusões ao texto, na consulta pública disponibilizada na plataforma Participa MA.

Durante a apresentação desta segunda-feira, a LDO foi enfatizada como instrumento legal de planejamento estipulado pela Constituição Federal de 1988, assim como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A LDO representa uma etapa estratégica do ciclo de planeja-



Diretrizes são discutido em audiência pública on-line

mento governamental, ao alinhar as diretrizes do PPA vigente com a construção do orçamento a ser consolidado no segundo semestre, com a LOA, garantindo coerência entre metas estabelecidas e

recursos disponíveis. Além disso, a LDO promove a transparência na gestão pública, ajuda no controle dos gastos, amplia o planejamento e a eficiência e facilita a fiscalização pela sociedade.

A audiência também foi espaço para a explanação sobre a forma de contribuição ao texto da minuta do projeto de lei, na plataforma Participa MA. Os interessados podem acessar o conteúdo da proposta diretamente no site e registrar as contribuições na área destinada a comentários.

A consulta pública fica aberta até o final desta segunda-feira (13).

O público presente de forma on-line teve a oportunidade de enviar perguntas e esclarecer dúvidas após as exposições, em comentários na transmissão realizada pelo Youtube. Com a consolidação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), a equipe da Seplan encaminhará a proposta para apreciação da Assembleia Legislativa do Maranhão (Alega) até o dia 15 de abril, conforme prevê o calendário anual.